



1 **ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA PRÓ-REITORIA DE**  
2 **GESTÃO COM PESSOAS – CONPESSOAS – DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE**  
3 **SÃO PAULO (UNIFESP), DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.** Ao vigésimo sexto dia  
4 do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho  
5 da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, ConPessoas, no Auditório do térreo do Prédio da  
6 Reitoria, situado à Rua Sena Madureira, 1500, sob a presidência da Profa. Dra. Rosemarie  
7 Andreazza, Pró-Reitora de Gestão com Pessoas, presidente do ConPessoas, e com a presença  
8 dos conselheiros, Norberto Lobo (representante do Depto. de Desenvolvimento e Gestão de  
9 Pessoas), Janaína Anchieta Costa (representante do Depto. de Saúde do Trabalhador), Rubens  
10 Faria Lima (representante da Diretoria de Recursos Humanos), Rudolf Wechsler (representando  
11 a Diretoria Acadêmica do Campus São Paulo), João Miguel de Barros Alexandrino  
12 (representante da Diretoria Acadêmica do Campus Diadema), Roseli Giudici (representando a  
13 Diretoria da Escola Paulista de Medicina – EPM), Sinara Aparecida Farago de Melo  
14 (representante da Diretoria Administrativa do Campus Diadema), Janete Cristina Marques  
15 (representante da Diretoria Administrativa do Campus Guarulhos), Emerson Stefanoviciaus  
16 D’anella (representante da Diretoria Administrativa do Campus Baixada Santista), Sylvia  
17 Helena Souza Silva Batista (representante da Diretoria Acadêmica do Campus Baixada  
18 Santista), Rimarcs Gomes Ferreira (representante do Conselho Gestor HU-HSP), Janine  
19 Schirmer (representante da Escola Paulista de Enfermagem - EPE), Ana Lúcia Lana Nemi  
20 (representando a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD); dos representantes  
21 docentes Marcio Yee (Campus Baixada Santista), Edimar Cristiano Pereira (Campus Diadema),  
22 Leonardo Garcia Santos Gandolfi (Campus Guarulhos), Monica Antar Gamba (Campus São  
23 Paulo), Isabel Cristina Céspedes (Campus Baixada Santista), Flaminio de Oliveira Ranges  
24 (Campus Diadema), Laura Calixto (Campus Osasco); dos representantes dos servidores  
25 técnico-administrativos Sandra Maria de Souza Silva (Campus Diadema), Ederson Luiz Silva  
26 (Reitoria), Karla Nieva (Campus Baixada Santista), Melissa Elaine Campos Santos (Reitoria),  
27 Maria José Conceição dos Santos (Campus São Paulo), Cintia Boaretto de Lima Carloto  
28 (Campus São José dos Campos), Mavíael Correia da Silva (Campus Guarulhos); Paula Garcia  
29 (Comunicação e Informação) e de Marta Gonçalves Arão (Coordenaria de Gestão de Vagas e  
30 Concursos - CGVC) como convidadas, sem direito a voto, e da secretária Cibele Franco.  
31 **ABERTURA DA REUNIÃO:** a presidente do ConPessoas, Profa. Rosemarie Andreazza deu  
32 por aberto os trabalhos, agradecendo a presença de todos. **INFORMES: 1) Recesso de Final**  
33 **de Ano:** A Profa. Rosemarie informou que no final da semana passada a ProPessoas recebeu o  
34 ofício do MPOG referente ao calendário das festas de final de ano. Relatou que o documento já  
35 foi encaminhado à Reitoria para orientações sobre o procedimento a ser adotado. Disse que no  
36 documento são consideradas como período de recesso as semanas de 19 a 23 de dezembro e 26  
37 a 30 de dezembro, que as horas deverão ser compensadas no período de 01/11/2016 a  
38 28/04/2017 e que os setores poderão trabalhar com plantões alternados de servidores durante  
39 este período. Frisou que aguardará indicações da Reitoria e que em um prazo de 10 (dias) a  
40 ProPessoas emitirá nota orientando os servidores. Explicou que os setores deverão informar a  
41 forma de funcionamento no referido período à Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, pontuando  
42 que alguns setores normalmente não podem fechar durante este período como, por exemplo, o  
43 financeiro. Lembrou ainda que a Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas no ano anterior funcionou

44 em sistema de plantão, com rodízios de servidores e com suspensão do regime de 30 horas  
45 durante o período de recesso. Pontuação que alguns setores, principalmente do acadêmico dos  
46 campi resolveram fechar durante todo o recesso e alguns setores optaram por fechar durante  
47 apenas parte do recesso. **2) Comissão para atualização da Resolução no. 04/CA.** A Profa.  
48 Rosemarie explicou que foi prorrogado por mais 60 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos  
49 da Comissão para atualização da resolução nº04/CA que dispõe sobre a jornada de trabalho, a  
50 implantação do regime de banco de horas e o controle de frequência dos servidores Técnico-  
51 Administrativos em Educação da Unifesp, através da Portaria nº 2855/2016. A presidente do  
52 ConPessoas explicou que a comissão vem trabalhando arduamente, contudo a prorrogação será  
53 necessária para uma melhor conclusão dos trabalhos. **3) CISSP.** A Profa. Rosemarie explicou  
54 que foi publicada a portaria de Constituição da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público  
55 Provisória, conforme deliberado na reunião ordinária de agosto do ConPessoas, e que a primeira  
56 reunião da comissão deve acontecer no final de outubro de 2016 para organização de processo  
57 eleitoral. Houve um questionamento sobre a possibilidade dos servidores utilizarem banco de  
58 horas já contraído para compensação das horas do período de recesso. O diretor do Depto. de  
59 Recursos Humanos, Sr. Rubens Faria Lima, explicou que necessitará fazer uma consulta para  
60 verificação da legalidade desta possibilidade. **4) I Semana do Servidor:** A Presidente passou  
61 a palavra ao conselheiro Norberto Lobo que informou que o evento acontecerá entre os dias 24  
62 e 27 de outubro de 2016. O conselheiro relatou que foi prorrogado o prazo para inscrição de  
63 trabalhos acadêmicos e artísticos. Explicou que haverá atividades na Reitoria e nos Campi; **5)**  
64 **Ciclo de Palestras em Saúde** – A Presidente passou a palavra à conselheira Janaína Anchieta  
65 que convidou a todos para prestigiarem o evento e pediu que as chefias, na medida do possível,  
66 liberem as servidoras para participação no evento. Anunciou que em comemoração ao "Outubro  
67 Rosa" haverá o Ciclo de Palestras Especial sobre a Saúde da Mulher, com evento agendado  
68 para o dia 03/10/16. Na ocasião será debatido o Câncer de Mama e Ginecológico e também a  
69 importância da atividade física na saúde da mulher; informou ainda que o site da ProPessoas  
70 está com um conteúdo exclusivo para as mulheres neste mês. A Presidente reforçou o convite  
71 e pediu ajuda do pessoal do HU na divulgação. A conselheira Janaína Anchieta explicou que  
72 não foi possível gravar as palestras anteriores na íntegra pelo DCI e que o Núcleo de  
73 Comunicação e Informação da Pró-Pessoas planeja filmar os próximos eventos e disponibilizar  
74 os conteúdos na página; **6) Representação Discente:** A Profa. Rosemarie informou que foi  
75 eleita a representação discente para o ConPessoas, contudo ressaltou que não foi possível  
76 ocupar todos os assentos disponíveis (9 vagas), foram eleitos os seguintes discentes: Robson da  
77 Silva Reis, Rodrigo Durante Pereira e Andrea Puchnick. Os mesmos poderão tomar posse no  
78 ConPessoas após a homologação do resultado da eleição pelo Consu; **7) Comissão de**  
79 **Carreira.** A presidente passou a palavra à conselheira Maria José Conceição que informou que  
80 no último dia 21 se reuniram com o MEC com a presença da Fasubra e do Sinasefe para tratar  
81 do acordo greve do ano passado e da pactuação de códigos de vagas que os representantes do  
82 governo afirmam não reconhecer. Sobre a segunda parcela do reajuste dos TAE's a ser  
83 concedida em janeiro/2017, a reestruturação da carreira dos TAE's e a readequação dos perfis  
84 profissionais para concurso, considerando a nova conjuntura da universidade após a expansão  
85 foram tópicos que ficaram em suspenso aguardando a verificação por parte do governo que  
86 prometeu uma resposta no prazo de 30 dias; **8) Concursos:** A Profa. Rosemarie informou que  
87 a ProPessoas vem recebendo solicitações de abertura de novos concursos para docentes após a  
88 publicação dos editais em agosto/16, mas relatou que ainda não há um posicionamento do MEC  
89 a este respeito. Disse que tem uma notícia, ainda não confirmada, de que como as universidades  
90 e institutos federais que por força de lei possuem o QUERSTA e o Banco de Equivalente de

91 Professores como instrumentos de gestão de pessoas, não sofreriam prejuízo na realização de  
92 concursos, mesmo em editais publicados após o prazo final de 31 de agosto de 2016. A  
93 presidente explicou que esta dúvida foi encaminhada para o Forgepe (Fórum de Pró-Reitores  
94 de Gestão de Pessoas das IFES) e que ainda está sendo analisada se cabe uma consulta ao MEC  
95 a este respeito. Informou que os departamentos podem se organizar para a elaboração de editais  
96 de vagas de docentes livres, mas ressaltou que necessitará de tempo, ao menos um mês, para  
97 que possa repassar uma informação mais concreta a este respeito. Informou que não serão  
98 recebidos pedidos de abertura de concursos até que a questão seja esclarecida. Pontuou ainda  
99 que espera que estes novos concursos já sejam feitos sob a Resolução 116 reformulada, que  
100 espera que possa ser apreciada pelo Consu talvez na reunião ordinária de novembro. A servidora  
101 Marta Arão ressaltou que a última comunicação do MEC a respeito de abertura de concursos  
102 foi a que informou que só serão considerados para a PLOA 2017 os editais publicados até o dia  
103 31/08/2016 e por isso é a orientação que está sendo seguida pela CGVC. **II. ORDEM DO DIA:**  
104 **1. Homologação de Concursos Públicos.** Campus São Paulo: a) Área/Subárea: Interdisciplinar  
105 - Engenharia / Tecnologia / Gestão, Regime: DE, número de vagas: 01, processo: 036946/2015-  
106 71, aprovados: 1º Filipe de Oliveira; 2º Mirella Telles S. Barboni; b) Área/Subárea: Psiquiatria  
107 / Psicologia Médica e Psicoterapia, Regime: 40 horas semanais, número de vagas: 01, processo:  
108 035011/2016-59, aprovados: 1º Fernanda Gonçalves Moreira; 2º Marco de Tubino Scanavino.  
109 Campus São José dos Campos: c) Área/Subárea: Engenharia Biomédica / Instrumentação e  
110 Controle e Automação, Regime: DE, número de vagas: 01, processo: 001228/2015-84,  
111 aprovados: 1º Henrique Mohallem Paiva; 2º Carlos Cesar Aparecido Eguti; d) Área/Subárea:  
112 Ciência / Engenharia da Computação, Regime: DE, número de vagas: 01, processo:  
113 001072/2015-31, aprovados: 1º Sandra Eliza Fontes de Avila; 2º Lilian Berton; 3º Julio Cesar  
114 dos Reis; 4º Victor Claudio Bento de Camargo; 5º Vinicius Humberto Serapilha Durelli. Em  
115 regime de votação foram aprovadas as homologações listadas. A presidente explicou que os  
116 aprovados só poderão ser nomeados após o início de 2017 em virtude da vedação em razão de  
117 período eleitoral, só poderão ser nomeados e empossados candidatos aprovados em concursos  
118 homologados até o dia 01/07/16. **2. Requerimento de Incentivo à qualificação/TAE's –**  
119 **Proposta de inclusão de um Termo de Compromisso.** A presidente passou a palavra ao  
120 conselheiro Norberto Lobo que explicou que no que concerne ao incentivo à qualificação dos  
121 TAE's o MEC exige que o servidor apresente certificado ou diploma de conclusão de curso,  
122 não sendo aceitos outros tipos de documentos intermediários; porém muitas das instituições de  
123 educação formal não emitem os referidos documentos de forma expedita, gerando perda ao  
124 servidor que necessita da emissão do referido documento para iniciar o processo de solicitação  
125 de incentivo a qualificação, visto que não há retroatividade. Apurou-se que outras instituições  
126 federais de educação também sofrem com este problema e uma forma encontrada para  
127 solucionar este problema, utilizando-se de sua autonomia institucional, foi o encaminhamento  
128 para aprovação em seus respectivos conselhos de um termo de responsabilidade de apresentação  
129 do documento em determinado prazo pelo servidor, sob pena de revogação do incentivo a  
130 qualificação com devolução de valores recebidos indevidamente. O conselheiro Norberto Lobo  
131 explicou que a proposta é que o servidor possa requerer seu incentivo à qualificação com  
132 apresentação de declaração, atestado ou certidão, desde que acompanhada de histórico escolar,  
133 e do termo de compromisso devidamente assinado se comprometendo a apresentar o diploma  
134 de conclusão do curso no prazo de 12 (doze) meses. O conselheiro ressaltou que foi consultada  
135 a Assessoria Técnica de Legislação e Normas da ProPessoas a respeito desta proposta visando  
136 sempre o respeito pela legislação vigente. A conselheira Melissa Elaine opinou que servidores  
137 a procuram informando que algumas instituições demoram até 90 (noventa) dias para emissão

138 de declarações e questionou se existe algum outro tipo de documento que possa ser emitido pela  
139 instituição. O conselheiro Norberto Lobo questionou a conselheira se seria algo como uma  
140 solicitação de urgência na emissão do documento e ela anuiu. O conselheiro Norberto Lobo  
141 opinou que tal postura pode não ser muito efetiva e que a proposta do termo de compromisso é  
142 mais efetiva sem recorrer em ilegalidade e ressaltou ainda que haverá monitoramento e  
143 cobrança pela DDGP desta devolutiva do diploma oficial pelo servidor. A conselheira Sylvia  
144 Batista questionou se este procedimento também se estenderá aos docentes, visto que os  
145 mesmos também sofrem com demora para emissão de diplomas, principalmente de  
146 doutoramento. O conselheiro Norberto Lobo explicou que no momento trouxe a proposta para  
147 os servidores técnico-administrativos. A conselheira Sylvia Batista propôs que também seja  
148 estendida aos docentes a possibilidade de utilização do termo de responsabilidade. A  
149 conselheira Maria José Conceição explicou que esta questão também esta incluída na  
150 solicitação de reestruturação de carreira dos TAE's encaminhada ao MEC. O conselheiro  
151 Ederson Luiz propôs a ampliação do prazo para 18 (dezoito) meses. A conselheira Maria José  
152 Conceição propôs que existam prazos diferentes para as diferentes modalidades (stricto senso,  
153 lato senso, doutorado) e sugeriu conversa com a presidente da CPPD para utilização do termo  
154 em ambas as carreiras, docente e TAE. A conselheira Janine Schirmer sugeriu que seja colocado  
155 o prazo em até 18 (dezoito) meses. O conselheiro Mavial Correia sugeriu que possa ser  
156 apresentada a ata de defesa da dissertação ou tese. O conselheiro Norberto Lobo explicou que  
157 este documento já é aceito para entrada no processo, não isentando os servidor de apresentar o  
158 diploma posteriormente. A presidente questionou os presentes se a proposta é para ampliação  
159 do prazo para até 18 (dezoito meses) estendendo a proposta de aplicação do termo de  
160 responsabilidade também aos professores, com as devidas adaptações no texto, acrescentando  
161 a legislação pertinente à carreira docente. A presidente questionou a representante da CPPD  
162 sobre a proposta e não houve objeções. O representante Rudolph Wechsler solicitou maior  
163 divulgação sobre o aceite da ata de defesa de dissertação ou tese para abertura de processo de  
164 incentivo à qualificação. O conselheiro Norberto Lobo frisou que na apresentação de graduação  
165 para incentivo à qualificação além do histórico é necessário também a colação de grau. Em  
166 regime de votação foi aprovado sem votos contrários e sem abstenções a adoção do termo de  
167 responsabilidade nos termos citados pela presidente, Profa. Rosemarie Andrezza. **3. Proposta**  
168 **de Alteração no Organograma da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas:** A presidente  
169 explicou que o organograma foi encaminhado mais como acompanhamento ao Regimento,  
170 lembrou ainda que o seu respectivo mérito já aprovado por este Conselho. A Profa. Rosemarie  
171 explicou que não é pertinente discutir o organograma antes de fechada a discussão do próprio  
172 regimento, visto que podem ser alteradas questões no corpo do regimento que impactarão em  
173 mudanças no organograma. Desta forma propôs que a discussão tenha início no próprio  
174 regimento com apresentação do organograma somente no final da discussão, visto que o mesmo  
175 será apenas a representação gráfica do disposto no regimento. Não houve objeções. A  
176 presidente explicou ainda que no organograma da ProPessoas foi dada transparência no que  
177 concerne às FG's e CD's, frisando que houve decréscimo de 8 funções gratificadas da criação  
178 da ProPessoas até o presente momento. Contudo opinou que esta discussão sobre funções  
179 gratificadas e cargos de direção deve ser realizada no âmbito da Universidade por meio da Pró-  
180 Reitoria de Administração talvez. A conselheira Maria José Conceição opinou que a  
181 estruturação das funções gratificadas e cargos de direção devem ser organizados pela gestão  
182 central e relatou que esta foi uma cobrança feita à Reitoria; opinou que deve ser promovida uma  
183 discussão envolvendo todas as Pró-Reitorias para que esta questão seja transparente. A  
184 conselheira Janine Schirmer apontou a importância desta discussão para verificação de quem

185 pode receber função gratificada e questionou ainda o fato dos vice-diretores das unidades  
186 universitárias não terem atribuídos cargos de direção e os vice-diretores acadêmicos dos campi  
187 terem esta atribuição. A Profa. Rosemarie explicou que à Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas  
188 não cabe a atribuição de funções gratificadas, seguindo apenas ao que foi deliberado pelo Consu  
189 a este respeito, cabendo esta discussão à Pró-Reitoria de Administração e ao ETAGAE. A  
190 conselheira Sinara Farago opinou que esta discussão de atribuição de funções gratificadas não  
191 deve ser feita nesta instância, sendo necessária uma discussão em âmbito institucional,  
192 questionou ainda que não é equânime a distribuição das funções gratificadas entre os núcleos  
193 da ProPessoas apresentado no organograma. A conselheira questionou ainda as funções de  
194 assessoria onde alguns recebem função gratificada e outros não e também o fato de presidente  
195 de comissão receber função gratificada, criticou ainda o fato do Conselho de Administração  
196 não se reunir desde abril de 2016. A conselheira Sylvia Batista opinou que devem ser discutidos  
197 os critérios e a distribuição das funções gratificadas e propôs que esta instância provoque esta  
198 discussão no âmbito do Conselho de Administração. O conselheiro Maviasel Correia questionou  
199 ainda cargos que possuem atribuição de função gratificada, mas que não recebem sob alegação  
200 de a atribuição de FG estar condicionada ao interesse da administração A Profa. Rosemarie  
201 explicou que não cabe discutir especificidades nesta instância, ressaltou que a CAIF era uma  
202 comissão ligada ao Gabinete e que foi herdada pela ProPessoas nesta condição, já a Comissão  
203 30 horas é ligada ao Consu. A presidente propôs que ao finalizar o regimento o organograma  
204 será apresentado sem as atribuições das funções gratificadas e cargos de direção, sendo que esta  
205 distribuição só será feita após a administração (gestão) refazer este estudo. A Profa. Rosemarie  
206 frisou ainda que a distribuição foi feita seguindo a Resolução aprovada pelo Consu sobre  
207 distribuição de funções gratificadas e cargos de direção, mas que pela fala dos conselheiros  
208 ainda carece de mais discussão. A conselheira Melissa Elaine questionou o fato da CAIF ter um  
209 coordenador que tem a atribuição de uma função gratificada, lembrando que anteriormente a  
210 comissão funcionava com um presidente que não tinha atribuição de função gratificada e fez  
211 ainda um paralelo com as comissões de sindicância da CPP. A conselheira Maria José  
212 Conceição fez um breve histórico da instituição da CAIF como uma demanda dos servidores  
213 técnico-administrativos para a mediação de conflitos atendendo inclusive ao trabalhares  
214 celetistas do Hospital São Paulo. Ressaltou que a CAIF não tem a incumbência de instrução de  
215 processos e opinou que se a comissão tiver que ficar ligada à Pró-Reitoria de Gestão com  
216 Pessoas deveria ficar ligada diretamente ao Departamento de Saúde do Trabalhador que trata  
217 diretamente da mediação de conflito. A conselheira Maria José Conceição explicou que esta  
218 questão já foi inclusive discutida em assembleia e já levada também à Reitora visto que há  
219 discordância no fato da CAIF ser coordenada por servidor com atribuição de função gratificada.  
220 A Profa. Rosemarie Andrezza reiterou que a CAIF ficava ligada diretamente ao Gabinete da  
221 Reitoria e que sempre teve atribuição de função gratificada e que foi passada para a Pró-Reitoria  
222 de Gestão com Pessoas nestas condições. Explicou que esta atribuição de função gratificada  
223 não foi de iniciativa da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas e que não vê problema em abrir a  
224 discussão sobre a qual instância a comissão deverá ficar ligada, ressaltou ainda que fará um  
225 levantamento deste histórico para apresentação à conselheira Maria José Conceição. A  
226 representante Roseli Giudici cobrou um espaço físico para acomodação da CAIF e o serviço  
227 fixo de secretaria. A Profa. Rosemarie Andrezza explicou que a servidora Maria da Soledade  
228 é a secretária de apoio da comissão, contudo conforme versa o regimento da comissão a mesma  
229 deverá eleger uma secretária entre seus membros e que isto poderá ser discutido na comissão.  
230 Sobre a questão do espaço físico, esclareceu que a ProPessoas teve que liberar sua sala de  
231 reuniões para a alocação dos equipamentos para operacionalização do assentamento funcional

232 digital, mas poderá ser verificado se existe algum local disponível no prédio da Reitoria. A  
233 Presidente explicou ainda que a CAIF não é só para os servidores técnico-administrativos e que  
234 se houve uma deliberação da categoria a respeito da atribuição de FG a mesma deve ser pautada  
235 neste Conselho para que seja possível também ouvir a opinião dos docentes. Explicou que a  
236 questão dos CD's é mais bem regulamentada pelo MEC e pelo MPOG do que as FG's e lembrou  
237 ainda que a instituição também recebe as FCC que são as funções de coordenação de curso. 4.

238 **Discussão e Aprovação do Regimento da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas -**

239 **Artigos: 1º ao 12 e de 15 ao 28.** A Profa. Rosemarie explicou que recebeu algumas  
240 contribuições individuais que foram incorporadas e propôs que a discussão seja feita em etapas:  
241 do artigo 1º ao artigo 12, depois do art. 15 ao 28 e por último trabalhar com competências das  
242 divisões, trabalho que já foi iniciado com a divisão de gestão com pessoas do Campus São  
243 Paulo, devendo o Campus Baixada Santista ser o próximo e assim sucessivamente até atingir  
244 todas as divisões. A presidente propôs que a discussão avance pelos artigos, contudo sem  
245 prejuízo de novas contribuições antes de finalização da discussão de todo o documento. Propôs  
246 que o que for consensual já seja incluído no texto e o que não for seja votado na finalização do  
247 documento na reunião de novembro do ConPessoas, caso não seja possível ficará para a  
248 primeira reunião de 2017. A Profa. Rosemarie questionou a forma de apreciação do documento  
249 e foi decidido que seriam discutidos item por item. A conselheira Maria José Conceição  
250 procedeu à leitura do documento. No art. 1º a Profa. Rosemarie Andreazza sugeriu melhora na  
251 redação, visto que "políticas educacionais" estão sob responsabilidade da Pró-Reitoria de  
252 Graduação e de Pós-Graduação, o texto deverá ser mais claro para indicar que se trata somente  
253 da política educacional ligada especificamente à gestão de pessoas. Após discussão foi deciso  
254 pela retirada da palavra "educacionais" do referido artigo. No artigo 2º houve consenso com o  
255 texto apresentado. Após a leitura do artigo 3º a conselheira Sinara Farago pediu a palavra para  
256 opinar que as Divisões de Gestão com Pessoas dos Campi estão ligada à Pró-Reitoria de Gestão  
257 com Pessoas, contudo não é parte constituinte da mesma. O Prof. Rudolf Weschler sugeriu a  
258 retirada do termo "de Gestão com Pessoas" após Reitor e Reitor Adjunto. Houve  
259 questionamentos sobre o uso do termo Coordenadoria e a Profa. Rosemarie explicou que as  
260 divisões de gestão com pessoas dos campi já foram criadas por meio de portaria na gestão  
261 anterior e que no Hospital Universitário foi criada uma Coordenadoria e não uma divisão como  
262 os demais campi, visto se tratar de uma UPAG. A Profa. Rosemarie afirmou que concorda com  
263 a fala da conselheira Sinara Farago de que as divisões de gestão com pessoas nos campi não  
264 são constituintes da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas. A presidente sugeriu a manutenção  
265 do nome de divisão de gestão com pessoas dos campi e sobre a questão da Coordenadoria de  
266 Recursos Humanos do HU poderá ser verificado mais para frente a definição desta questão.  
267 Ressaltou que nas portarias de criação das divisões nos campi há atribuições de competência  
268 que as divisões não estão aptas a exercer e que poderão ser revogadas no futuro. A conselheira  
269 Janine Schirmer questionou a presença dos Órgãos de Gestão como parte integrante da Pró-  
270 Reitoria de Gestão com Pessoas. A conselheira Sinara Farago opinou que o ConPessoas não  
271 possui característica de órgão deliberativo em virtude de sua característica paritária e a  
272 conselheira Maria José Conceição discordou por acreditar que o ConPessoa é deliberativo sim  
273 ao contrário dos Colegiados de Gestão. A Profa. Rosemarie Andreazza relatou que abrirá esta  
274 discussão e verificará na Resolução de criação da Pró-Reitoria. A conselheira Sinara Farago  
275 justificou sua fala relatando que este foi o entendimento do procurador junto à Unifesp. Após  
276 discussão a Profa. Rosemarie sugeriu a supressão dos incisos IV e IIV do artigo 3º e não houve  
277 objeções. No artigo 4º a Profa. Roseli Giudici opinou que o que versa no artigo único está  
278 redundante com o texto. Houve consenso e o parágrafo único foi suprimido. Sobre o

279 posicionamento das assessorias no organograma a Presidente informou que poderá fazer uma  
280 consulta para que as mesmas sejam posicionadas de forma correta. A conselheira Melissa Elaine  
281 leu as propostas do artigo 5º. A conselheira Maria José Conceição justificou a sugestão da  
282 inclusão das comissões: I - Comissão de Estágio Probatório – PCCTAE; II – Comissão de  
283 Avaliação de Desempenho – PCCTAE e III – Comissão de Capacitação ao Gabinete da Pró-  
284 Reitoria de Gestão com Pessoas. O conselheiro Norberto Lobo pediu a palavra e apresentou seu  
285 posicionamento contrário à proposta ressaltando a importância das comissões ficarem ligadas  
286 diretamente à DDGP. A Profa. Rosemarie Andreazza justificou a redação ampla sobre as  
287 comissões, visto que ainda não existem muitas definições sobre o caráter (transitória ou  
288 permanente) das comissões que poderão ficar ligadas à Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas. A  
289 conselheira Janaina Anchieta apresentou seu posicionamento contrário à sugestão de que a  
290 CAIF fique subordinada ao Departamento de Saúde do Trabalhador, visto que possui estrutura  
291 com poucos servidores para atendimento desta demanda e também porque são poucos os casos  
292 em que a mediação tem sucesso, sendo que muitos dos casos são referente a irregularidades  
293 funcionais. A conselheira Melissa Elaine relatou que se pode discutir melhor a qual  
294 departamento a CAIF poderá ficar ligada e sugeriu que a DDGP promova capacitação para os  
295 membros da referida comissão para um melhor atendimento das demandas. A Profa. Rosemarie  
296 opinou que conforme foi dito pela conselheira Maria José Conceição de que já foi solicitada  
297 conversa com a Reitora para tratar do CAIF e que pode ser que a referida comissão seja  
298 desconectada da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, sugeriu a seguinte redação para o **Art. 5º**  
299 - O Gabinete da ProPessoas poderá ter comissões de caráter permanente, cujas composições e  
300 competências serão definidas em regulamentos próprios a serem aprovados no ConPessoas. A  
301 Presidente concordou com a conselheira Melissa Elaine que a CAIF tem um caráter também  
302 pedagógico, relatou que diversas demandas que chegam possuem elementos suficientes para  
303 serem encaminhados direto para sindicância pela CPP. A Profa. Rosemarie questionou se  
304 poderia deixar o texto mais enxuto e não houve objeções. Ficou acordado que caso a CAIF  
305 fique mesmo ligada à ProPessoas o assunto retornará para discussão de qual o melhor  
306 Departamento para que a Comissão fique ligada. Não houve objeções à redação do Artigo 6º.  
307 A presidente explicou que a proposta de criação de uma Coordenação de Mobilidade Funcional,  
308 que no momento é um núcleo, deriva da grande demanda de trabalho. A conselheira Sinara  
309 Farago opinou que a criação de muitas coordenações sem ligação com determinado  
310 Departamento acaba rivalizando com os mesmos. A Presidente explicou que o trabalho da  
311 mobilidade funcional é mais horizontal com diversos departamentos e por esta razão optou-se  
312 pela criação de uma coordenação. A Profa. Rosemarie Andreazza explicou que talvez um dia a  
313 Mobilidade Funcional e a Gestão de Vagas e Concursos possam se juntar em um Departamento.  
314 A conselheira Melissa opinou que ainda é muito confuso o papel do NASF, do SESMT e do  
315 Departamento de Saúde de Trabalhador e opinou que as informações não circulam entre estas  
316 instâncias para um melhor atendimento da saúde do trabalhador. A Profa. Rosemarie Andreazza  
317 sugeriu que seria interessante os conselheiros lerem o PDI da Pró-Reitoria de Gestão com  
318 Pessoas e respondeu à Melissa que o SESMT vem trabalhando cada vez mais afinado com o  
319 Departamento de Saúde do Trabalhador nas questões envolvendo readaptação e reabilitação. A  
320 conselheira Melissa Elaine sugeriu que o SESMT se transforme em um Departamento, contudo  
321 a Profa. Rosemarie explicou que isto não é possível no momento. A conselheira Monica Antar  
322 Gamba pediu a palavra para elogiar as discussões e aos conhecimentos compartilhados pelos  
323 que trabalham com gestão. A presidente explicou que este Conselho sempre busca formas mais  
324 democráticas, flexíveis e participativas de gestão. A presidente questionou os presentes se todos  
325 entenderam as razões das escolhas de núcleo, coordenação e departamento. Não houve

326 encaminhamento a respeito do Artigo 7º. que voltará a ser discutido na reunião ordinária de  
327 outubro de 2016. Nada mais havendo a tratar, para constar, eu, Cibele Franco, secretária, lavrei  
328 a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pela Senhora Presidente do Conselho  
329 da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, Profa. Rosemarie Andreazza.

330 Cibele Franco (secretária)

331 Rosemarie Andreazza (presidente do ConPessoas)

